

ANÁLISE DA MODERNIZAÇÃO MILITAR NO BRASIL, CHINA E ÍNDIA

LEONARDO AMORIM MACHADO

RESUMO

O presente trabalho objetiva estudar como o Brasil, a China e a Índia estão construindo esforços para modernizar seus aparatos militares no sentido de garantir uma projeção de poder no âmbito internacional. Para tanto, a análise é iniciada com o estudo da trajetória histórica dos países em questão e suas ações direcionadas para garantia do poder no cenário regional e global. A fundamentação teórica é, prioritariamente, pautada nas perspectivas do neorrealismo, do realismo clássico, do realismo defensivo e do realismo ofensivo, quando é possível verificar como estão sendo desenvolvidas ações para intensificar o “*hard power*” nos países em questão. Desta forma, faz-se importante elencar a seguinte pergunta de pesquisa: como e por que Brasil, China e Índia estão conduzindo esforços na modernização de seu aparato militar? Partiu-se de duas hipóteses possíveis e de uma revisão bibliográfica de cunho descritivo e com abordagens tanto quantitativas e quanto qualitativas. Apesar das divergências contextuais entre os países estudados, assemelham-se quanto à importância de buscar estratégias de modernização e de investimentos no poder bélico, visando atender as exigências regionais e internacionais de caráter sistêmico. A categoria poder militar tem destaque central, compreendido como elemento fundamental para garantia da soberania tanto interna como externa dos estados. E assim, compreender as mudanças na balança de poder do cenário internacional por meio do multilateralismo e fazendo com que os Estados se relacionem com fortes aliados para o enfrentamento dos desafios inerentes a dependência por equipamentos estrangeiros para defender seus interesses, e por fim nos conflitos em suas fronteiras.

Palavras-chave: Brasil. China. Índia. Militar. Modernização.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe analisar como o Brasil, a China e a Índia estão construindo esforços para modernizar seus aparatos militares no sentido de garantir uma projeção de poder no âmbito internacional. A projeção de poder constitui um elemento da base de sustentação para alcançar interesses de nível regional e global, além de conferir legitimidade às pretensões de maior representatividade e prestígio em instituições internacionais.

O crescimento do poder militar de um Estado e sua relativa projeção no cenário internacional reforça o que chamamos no âmbito das Relações Internacionais de "*hard Power*", teorizado por Joseph Nye (2002), em sua obra "O Paradoxo do Poder Americano, na medida que os atores se utilizam de seu aparato militar e econômico para influenciar o comportamento ou os interesses de outros países.

Neste sentido, considerando Brasil, China e Índia, três importantes atores da comunidade internacional, é notável a relevância em analisar os esforços na modernização do aparato militar de cada nação, afim de melhor compreender as mudanças na nova balança de poder mundial.

O estudo de tais esforços, comum nas políticas dos três Estados, será capaz de demonstrar os objetivos específicos de cada um dos países que motivam os investimentos no poder bélico, como por exemplo, a conduta do Brasil e da Índia na busca de um assento permanente no conselho de segurança da ONU, ou então, os vetores (interesses de segurança dos recursos naturais, energéticos e suas fronteiras) que motivam os três países a buscarem modernizar seu aparato militar.

Com mais de 1,3 milhão de homens e mulheres a serviço da nação, a Índia possui atualmente a terceira maior força militar do mundo em termos de efetivo. De acordo com Olivier Zajec, encarregado pelo estudo da Companhia Europeia e Inteligência Estratégica de Paris, o estado geral dos equipamentos é preocupante, os materiais estão envelhecidos e os veículos obsoletos. Contudo, os recentes investimentos astronômicos do país, devem mudar esta situação.

No caso do Estado brasileiro, sua política externa, constitucionalmente, é moldada para a integração regional sul-americana, porém apesar dos incentivos recentes na modernização de seu mecanismo militar, o Brasil tem apresentado dificuldade de impor seus interesses na região andina, principalmente por não possuir ainda um aparato suficiente de poder necessários para desempenhar um papel de potência regional.

A China, por sua vez ocupa o lugar da segunda maior economia do mundo com um PIB de aproximadamente 12 trilhões de dólares e uma população de cerca 1.4 bilhões de pessoas. Este gigante asiático também ocupa a segunda posição no ranking mundial na liderança militar, com cerca de 151 bilhões de dólares, conforme os dados levantados pelo New York Times e do Global Security, que testemunham as reais pretensões regionais e mundiais de um líder asiático. Essas ações do governo chinês tratam-se de uma das peças mais emblemáticas do xadrez mundial, que impulsiona um processo de consolidação da posição militar, iniciado na década de oitenta.

Diante do grande debate teórico das Relações Internacionais, é possível verificar que estão sendo desenvolvidas ações nos países citados, enquanto objeto de análise deste estudo para intensificar seu “*Hard Power*”, desta forma, faz-se importante elencar a seguinte pergunta de pesquisa: como e por que Brasil, China e Índia estão conduzindo esforços na modernização de seu aparato militar?

Além de levantar dados para identificar e possibilitar a análise destes materiais, principalmente na melhoria do aparato militar, tal item norteará a resposta em duas prováveis hipóteses apresentadas a seguir: a) a modernização do aparato militar destes três países está sendo guiada de fato pelo anseio de se tornarem potências regionais e globais, capazes de contrabalancear suas ações geradoras de tensões internacionais no jogo da balança de poder; ou b) a modernização do aparato militar está sendo moldada pelo interesse de multinacionais do setor militar, que por meio do *lobb* - ilegal nos três países - exercem influência nos governos dos Estados para investirem bilhões em equipamentos de guerra. As hipóteses apresentadas são possíveis, prováveis e capazes de gerar discussões de ordem científica e acadêmica em torno do tema.

O presente estudo é resultado de uma revisão bibliográfica de cunho descritivo e com abordagens tanto quantitativas e quanto qualitativas. Por se tratar uma revisão de bibliográfica, a pesquisa foi elaborada a partir de material já publicado, com diferentes contribuições científicas sobre o tema proposto, escritos por analistas e pesquisados na área das Relações Internacionais e, assim, foi possível verificar quais os ganhos com relação à modernização dos aparatos militares do Brasil, da China e da Índia no sentido de garantir uma projeção de poder no âmbito internacional.

Inicialmente a pesquisa buscou verificar as ações dos governos brasileiros, após o período de redemocratização, em torno dos investimentos em armamentos militares. Em seguida, analisou-se a histórica trajetória da Índia e seus conflitos que contribuíram diretamente para que o país obtivesse seu arsenal militar. Por fim, irá descrever como a mudança estrutural chinesa contribuiu para que o país se tornasse uma potência militar ao longo de sua história.

1. O PODER E O USO DA FORÇA NAS RELAÇÕES INTERACIONAIS

A noção teoricamente sustentada acerca do conceito de poder é horizontal e aberta, mesmo assim não excludente à consideração de seu importante papel nesse trabalho. Desse modo, a partir de um suporte teórico é possível obter uma melhor análise da sua significação

por meio dos ideais de alguns pensadores a fim de permear e compreender o que se deve considerar a respeito do termo utilizado no texto em questão.

Na política internacional é possível observar um choque constante de vontades, por estar constituída por relações entre Estados soberanos, que pretendem determinar livremente sua conduta. Enquanto essas unidades não estão sujeitas a leis ou a um árbitro, elas são rivais, pois cada uma é afetada pela ação das outras, e suspeita inevitavelmente das suas intenções (ARON, 1962).

1.1 Hans Morgenthau e Raymond Aron

Duas perspectivas teóricas ressaltam nos escritos científicos no intuito de explicar as estratégias de manutenção do poder seja através da força ou da hegemonia. Essas perspectivas são denominadas de Realista Clássica e de Realista Ofensiva, tendo como representantes teóricos Morgenthau e Aron, respectivamente. Embora não sejam os únicos, ambos vêm tentando justificar o uso do poder dos Estados no âmbito das Relações Internacionais ao longo do século XX.

A perspectiva realista clássica parte do pressuposto de que as relações internacionais entre países soberanos são necessariamente conflituosas. Desta forma, a política internacional necessita ser avaliada de forma distinta da política doméstica, pois a democracia no plano interno não se reflete no plano internacional (MORGENTHAU, 2003).

Nesta visão pessimista da natureza humana prevalece a desconfiança como resultado de uma construção racional da corrente contratualista da filosofia política quando reconhece o homem como essencialmente egoísta e insano. (MORGENTHAU, 2003).

O Estado de guerra entre as nações é considerado inevitável nesta perspectiva devido a necessidade de maximização do poder. Por isso, a preocupação central dos realistas é explicar o objetivo, o significado e o uso de poder, enquanto questão central da atividade política. Os estados soberanos constroem estratégias de interesses diversos na busca de ampliar seu poder onde o interesse de cada um é a manutenção de sua sobrevivência, mesmo ao preço de uma guerra. (MORGENTHAU, 2003).

Os fundamentos teóricos e metodológicos da perspectiva realista derivam dos contratualistas que partem do pressuposto que é impossível para o homem permanecer no estado de natureza. Daí a premissa da racionalidade delegando à um soberano, à um Estado o poder de proteger os indivíduos de seu estado de natureza. (MORGENTHAU, 2003).

Para Morgenthau a definição de poder é “a capacidade de alguém controlar as ações e as mentes de outro homem”. Embora poder seja um conceito relativo, ninguém o exerce no vácuo, mas em relação à outra entidade. O elemento central das teses de Morgenthau está na respectiva definição de poder (*power politics*), compreendido como uma relação psicológica entre dois polos: do lado ativo, está aquele que o exerce e, do lado passivo, aquele sobre quem o mesmo é exercido.

Segundo Morgenthau, no plano internacional é impossível a criação de um poder hegemônico e mundial. Desta forma, não há solução para o dilema de insegurança das soberanias. A solução, neste caso, é o uso da racionalidade positiva para a maximização do poder regulado pelo poder militar, fruto de acordo entre estados mais poderosos do mundo.

A teoria realista não concebe uma mudança na política internacional que permita um acordo “não anárquico”, ou seja, um acordo de paz entre os Estados. As relações entre os Estados são construídas através da política de poder que reconhece a tendência ao conflito, a anarquia.

O Estado como ator central na defesa do interesse nacional precisa agir para conservar o poder. Assim é preciso avaliar as ações pelos seus resultados e não pelas intenções de seus governantes. Neste caso entra em jogo a ética da convicção do indivíduo versus a ética da responsabilidade pública ao avaliar a situação do conflito entre as nações. (MORGENTHAU, 2003)

Na perspectiva do realismo político a lógica da guerra e o uso da força são justos para conservação do poder visto da ótica do Estado. O uso da força do Estado é um tema contraditório ao se perceber o discurso dos países de “terceiro mundo” quando defendem a ética da concepção individual; defendem a ênfase na moral baseados em ideais de justiça e cooperação. (MORGENTHAU, 2003).

Os Estados sem representação internacional se tornam impotentes diante dos principais atores internacionais quando estes definem as regras e orientam as ações dos Estados menores, inclusive, de maneira a manter sua própria sobrevivência.

Morgenthau se destaca no âmbito da teoria das Relações Internacionais ao desenvolver as bases teóricas do realismo dos anos de 1940 até meados de 1970, propondo organizar elementos que possibilitem explicar o fenômeno do poder político, das relações internacionais na busca do equilíbrio de interesses.

No livro “A política entre as nações”, Morgenthau busca renovar o estudo das relações entre os Estados propondo uma teoria sobre a política internacional de natureza empírica e

objetiva. A proposta de Morgenthau é uma reação ao idealismo, quando este toma como base uma ordem política fundada em princípios abstratos e universais.

A resposta dos idealistas às crises da política internacional, às atividades políticas dos Estados na primeira metade do século XX foi o uso da “lei da natureza política internacional”. Segundo Edward Carr, não é possível os Estados soberanos se submeterem a um poder hegemônico em detrimento dos Estados menores. Os Estados necessitam buscar reforçar seus poderes políticos em vários níveis, com a justificativa de alimentar e conservar o poder no plano internacional.

O Estado como base de análise da nação é premissa tanto para Carr quanto para Morgenthau. Ambos reconhecem o Estado como racional, unitário e tem como objetivo primeiro garantir a sobrevivência e a integridade territorial.

Neste sentido, temos uma discussão colocada por Raymond Aron no livro “Paz e Guerra Entre as Nações”, sobre a relação entre segurança e força: num mundo de unidades políticas autônomas, a segurança pode fundamentar-se na fraqueza dos adversários (através do seu desarmamento total ou parcial) ou na própria força. Supondo que a segurança seja o objetivo último da política dos Estados, o meio eficaz de alcançá-lo será o estabelecimento de uma nova relação de forças, ou a modificação da relação existente, para que os inimigos potenciais não sejam tentados a tomar a iniciativa da agressão, devido à inferioridade do rival. (ARON, 1962)

A relação entre esses dois termos - segurança e força - coloca muitos problemas. Num nível inferior, podemos observar que a "maximização" dos recursos não leva necessariamente à "maximização" da segurança. Um aumento de força, por parte de uma unidade, leva ao seu enfraquecimento relativo, devido aos aliados que se transferem para uma posição de neutralidade, e aos neutros que se passam para o campo adversário. (ARON, 1962)

1.2 John Mearsheimer e Kenneth Waltz

John Mearsheimer e Kenneth Waltz são reconhecidos como teóricos do realismo defensivo e ofensivo, que buscam qualificar a teoria do poder em um Estado e conectá-las com sua função principal: a sobrevivência.

Os teóricos em questão concordam que a ideia de aquisição de poder por parte de um Estado, nem sempre ocorre por meio de vitórias em guerras, processos de conquista ou anexações, pela renovação do parque bélico ou ainda pelo progresso quantitativo do contingente militar de primeira linha. Em suma, não são os recursos de poder que o definem. Mearsheimer

e Waltz classificam como recursos ou instrumentos de poder aqueles são postos a serviço de uma autoridade suprema, para manter a ordem política.

Vitórias em contenciosos bilionários na Organização Mundial do Comércio – OMC – são exemplos do aumento dessa correlação de forças, especificamente no fortalecimento das empresas transnacionais dos países. No campo commercial a expansão do mercado consumidor, a ampliação da capacidade competitiva externa, o aumento da produção energética nacional têm sido pontos importantes na expansão do nível de poder de países no cenário internacional. Para tanto, alianças formais e informais são construídas e desfeitas a medida dos interesses em questão. Coalizões das mais diferentes matrizes são costuradas nos fóruns multilaterais e mesmo no relacionamento bilateral entre os Estados com fins calculistas, utilitários e pragmáticos. (WALTZ, 2002).

A humanidade sempre construiu sua história em prol da garantia pela sobrevivência tanto no âmbito da coletividade quanto na dimensão individual. Mas, é possível perceber que o indivíduo não subordina todos os seus desejos à paixão de viver, pois há situações em que o indivíduo se propõe a correr o risco de morte. O mesmo acontece com as unidades coletivas, que não querem ser fortes apenas para desencorajar a agressão e gozar a paz, mas para serem temidas, respeitadas ou admiradas. Em última análise, querem ser poderosas, isto é, capazes de impor suas vontades aos vizinhos e rivais, de influenciar o destino da humanidade, o desenvolvimento da civilização. Os dois objetivos estão interligados: quanto maior sua força, menos o homem corre o risco de ser atacado, e mais ele passa a encontrar na própria força e na capacidade de se impor aos outros uma satisfação que não precisa de outra justificativa. A segurança pode ser o último motivo.

Ao analisar as relações internacionais como relação ao poder, Mearsheimer estabelece convergências e distanciamentos em perspectiva com outros autores, mas constrói argumentos baseados em fontes históricas e estatísticas que conferem a uma metodologia empírica e dedutiva à sua obra.

Ao colocar Mearsheimer em perspectiva com Morgenthau, percebe-se que Mearsheimer pretende um debate científico acusando o conflito de segurança na anarquia sobre o sistema internacional e não a natureza humana ou as características de cada uma das grandes potências, pois, sua teoria foi denominada de realismo ofensivo em oposição ao realismo clássico.

Os realistas clássicos, a exemplo de Morgenthau, assumem que os Estados pretendem sobreviver ao custo da violência e da força, mas não discutem se a agressividade é inerente a todos. Enquanto Mearsheimer defende a hipótese que os Estados têm como objetivo a

hegemonia do sistema e não, simplesmente, a manutenção do poder. Isso pressupõe que deverá haver uma relação direta entre agressividade e sobrevivência, mesmo na dimensão da hipótese.

Para o realismo ofensivo de Mearsheimer o conceito de balança de poder internacional é uma característica da estrutura internacional, mas pode ser apenas uma estratégia, pois o mais importante é o comportamento das grandes potências e não o sistema internacional como um todo. (MEARSHEIMER, 2001)

O que distancia o realismo ofensivo de Mearsheimer do conceito de balança de poder é o não reconhecimento desta balança de poder como fator determinante na manutenção do equilíbrio do sistema devido o ambiente hostil de competição entre as grandes potências ao disputar uma posição hegemônica no cenário internacional. A busca desta hegemonia no realismo ofensivo é a estratégia do Estado dentro de um cenário de percepção das potências concorrentes.

Em uma abordagem diferente, Waltz (1979; 1986), um neorrealista defensivo, acredita que a centralidade dos Estados, tendo como prioridade a sua segurança e sua autopreservação, configura o sistema internacional.

Em oposição a Mearsheimer, Waltz alega que esse sistema tem uma tendência à estabilidade e equilíbrio, sem, entretanto, abrir mão da tese da incessante competitividade e antagonismo entre os atores estatais, motivada pela falta presente de uma organização com legitimidade e capacidade de induzir, pressionar, intimidar ou ameaçar de maneira a impedir eficazmente o *self-help* e a busca pelo aumento de poder.

Essa limitação estrutural determina as possibilidades de cooperação interestatal e desestimula a solidariedade econômica, limitando os possíveis ganhos que poderiam ser recebidos. Por fim, as expectativas de auxílio socioeconômico são subordinadas aos interesses políticos, no caso, às necessidades de segurança estatal (WALTZ, 1986). Para Waltz, o sistema internacional tem uma disposição a punir os atores que planejam modificar a distribuição de poder, restabelecendo o equilíbrio anterior. Sendo assim, as tentativas de maximizar o poder individual seriam indevidas.

1.3 Norberto Bobbio e Joseph Nye

Entre os principais teóricos que argumentam sobre o poder encontra-se Norberto Bobbio. Segundo o escritor e filósofo italiano, o poder está diretamente ligado à ideia de posse dos meios para se obter vantagem (ou para fazer valer a vontade) de uma entidade sobre outra.

Na obra “A Teoria das Formas de Governo”, Bobbio afirma que há três formas de poder na sociedade que diferem dos três poderes institucionalizados nas democracias: poder Legislativo, Executivo e Judiciário. Essas três formas de poder são: 1) o poder econômico que é o que se vale da posse de certos bens, necessários e considerados como tais; 2) o poder ideológico que se baseia na influência das ideias formuladas pelo poder dominante e 3) o poder político, obtido com a posse dos dois primeiros.

Segundo Bobbio, não é apenas o uso da força que deverá garantir o poder de um Estado, mas o seu monopólio ou sua exclusividade com o consentimento da sociedade organizada. Assim, “o poder político, enfim, funda-se sobre a posse dos instrumentos através dos quais se exerce a força física (armas de todo tipo e grau): é o poder coativo no sentido mais estrito da palavra” (BOBBIO, Norberto. Política e Moral, pág. 163).

Joseph Nye elaborou dois conceitos de poder largamente conhecidos nas Relações Internacionais: *Hard Power* e *Soft Power*. Esses dois tipos de poderes podem ser utilizados por atores estatais e não estatais que atuam nos processos e acontecimentos do cenário internacional.

O *Hard Power* abrange a esfera econômica e a capacidade bélica de determinado ator sem restringir-se apenas ao conflito armado. Nesse conceito junto à guerras e intervenções, temos a capacidade de coerção e dissuasão de um ator sobre outro. Durante uma guerra, por exemplo, um Estado que se encontra em posição de subjugar um outro tem a capacidade ligada a ameaça, medo ou punição de persuadir, dissuadir ou induzir para que o Estado subjogado faça o que o subjugador deseja. (NYE, 2002)

O *Soft Power* abrange a esfera ideológica, social e cultural. O teórico norte-americano afirma que o *Soft Power* se trata essencialmente de um meio sedutor. Ele deve incitar o ator a querer imitar quem exerce tal poder - ao contrário da outra tipologia de poder - não se obriga ou coage o outro ator a fazer o que se deseja, pois, segundo Nye, “se eu conseguir levá-lo a querer fazer o que eu quero, não precisarei obrigá-lo a fazer o que você não quer” (NYE, 2002, pag.37).

De acordo com a compreensão de Nye, essas duas tipologias de poder, o *Hard Power* e o *Soft Power* devem ser complementares para que um Estado consiga manter a sua posição de hegemonia ou vir a ser um ator hegemônico, salientando a consideração das duas fontes para que assim, sejam complementares e conseqüentemente, efetivas. (NYE, 2002)

2. FATORES HISTÓRICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO APARATO MILITAR

2.1 Brasil

É pertinente analisar o discurso da política externa brasileira referente às questões de segurança de modo a buscar compreender como um discurso específico se constrói acerca do assunto e de que maneira este modo de ver o mundo se reproduz e se concretiza em modos de ação sobre o planeta, afetando vidas humanas, o senso comum de uma sociedade e, se bem-sucedido, a própria identidade da política externa do país.

Neste sentido, o fato do Brasil possuir um atraso em seu desenvolvimento militar durante um longo período da sua história, está mais próximo de uma lógica de “oportunismo tecnológico”, de Lieber (2005), do que somente uma decisão de política externa pura. Tal lógica considera que os impulsos que levam os tomadores de decisão a priorizar uma ou outra tecnologia de guerra, ou escolher políticas de modernização ao invés de investir em compras de oportunidade, respondem a visão sistêmica dos estadistas e de como aquela determinada estratégia vai poder beneficiá-los. Isso porque, o país passa por frequentes ciclos de contingenciamento orçamentário que reduzem a destinação de recursos para os investimentos, e da própria estrutura militar brasileira que requer que uma considerável parcela dos recursos seja direcionada para pagamento de pessoal.

A característica pacifista brasileira – termo que denota a procura do Brasil em colaborar na construção de uma ordem internacional mais harmônica – por sua vez, contrapõe-se as recentes iniciativas de recomposição material das Forças Armadas Brasileiras (FFAA), uma histórica tradição de inserção internacional que não relaciona a política externa com a projeção de poder militar (BERTONHA, 2010; CAVAGNARI FILHO, 2001).

2.2 O Governo FHC e as Forças Armadas

A política militar no governo de Fernando Henrique Cardoso é composta por um complexo quadro das relações entre Executivo e Forças Armadas no Brasil. De um lado, o governo FHC tomou diversas medidas para não desagradar os militares, mesmo num quadro de crises econômicas e aguda contenção de gastos públicos; de outro, o presidente cedeu às determinações de uma política externa de aliança preferencial com os Estados Unidos, o que acabou por definir um rumo perigoso na questão da participação dos militares no combate ao narcotráfico (FILHO, 2000). Por último, mas não menos importante, Fernando Henrique Cardoso, durante todo seu período de governo, acenou com a intervenção das Forças Armadas como cartada usual em sua política de contenção dos movimentos sociais.

O exame dos gastos militares do governo de Fernando Henrique Cardoso revela nítido aumento, tanto nas verbas orçamentárias como na porcentagem dos gastos militares em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Nesse sentido, as Forças Armadas parecem ter sido poupadas dos cortes orçamentários que afetaram, a cada ano, as áreas sociais, nas quais se incluem educação, saúde e moradia. Com efeito, os dados divulgados pelo Instituto para Pesquisa da Paz de Estocolmo (SIPRI), que cobrem o período 1989-1998, permitem comparar os gastos militares do governo atual com os de seus antecessores José Sarney (1985-89), Fernando Collor de Mello (1990-92) e Itamar Franco (1992-94). A primeira linha da tabela abaixo apresenta o saldo em milhões de reais dos oito anos do governo em análise e a segunda linha apresenta esse valor em porcentagem do PIB.

Tabela 1- Gastos militares do Brasil em milhões de dólares (1989-1998)

1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
(9220)	(6360)	4005)	5605	7402	7431	10906	9408	14015	13125
1,7	1,3	0,7	1,1	1,3	1,2	1,5	1,3	1,8	1,6

Fonte: SIPRI <<http://portal.sipri.org/>>.

Como se pode notar, os gastos de 1997 correspondem quase ao dobro dos relativos ao último ano do governo Itamar Franco (1994-1995) e são quase três vezes superiores à média das despesas anuais praticadas no decorrer do período Fernando Collor (1990-1992). Nesse sentido, já nos primeiros meses do mandato, os militares conseguiram o apoio do presidente para a tese de que os cortes gerais nos gastos da União para 1995 não deveriam incluir as Forças Armadas. Isso obrigou o ministro do Planejamento, José Serra, a voltar atrás em seus planos de cortar R\$ 1 bilhão nessa área.

Em setembro, os ministros militares comemoraram a destinação de R\$ 5,6 bilhões pelo Plano Plurianual (1996-1999) para as pastas militares, totais maiores do que os previstos para a educação (R\$ 4,9 bilhões) e saúde (R\$ 4,5 bilhões) (Folha de S. Paulo, 1995). Ao mesmo tempo, a imprensa informou que o presidente se comprometeu com os militares a liberar integralmente os investimentos programados no projeto de lei do Orçamento de 1996 para as Forças Armadas, destinados ao reaparelhamento das três forças (Folha de S. Paulo, 1995).

A investida seguinte dos ministros militares deu-se logo depois que o governo liberou grandes recursos para o programa de proteção dos bancos. Em março de 1996, o Alto Comando do Exército solicitou ao presidente que ordenasse ao secretário do Tesouro a liberação imediata de R\$ 120 milhões para sanar a dívida com fornecedores daquela força (Folha de S. Paulo, 1996). Finalmente, em maio de 1998, anunciou-se um projeto de reaparelhamento e

modernização das Forças Armadas, como resultado da futura implantação do Ministério da Defesa, que previa investimentos de R\$ 4 bilhões até o ano 2015.

Especialistas brasileiros em defesa têm salientado a precariedade desta modernização dos armamentos das três forças. Algumas aquisições foram justificadas com base no argumento da "oportunidade", tendo em vista, a disponibilidade de armas a baixo preço no mercado mundial. Abre-se, assim, a possibilidade de que a autonomia militar nessas decisões configure uma situação em que os armamentos adquiridos nada tenham a ver com as prioridades definidas na Política de Defesa Nacional. Algumas medidas governamentais específicas facilitaram essa situação. Um estudo realizado pelo Ministério da Defesa e publicado em 2011 revelou que metade dos armamentos do Brasil estavam fora de uso e em avançado processo de deterioração.

A busca guiada pelo desejo de ocupar lugar de destaque no mundo motiva os formuladores de política externa brasileira a agregarem determinado conteúdo a seu discurso e prática visando que o país seja visto como responsável e preparado para lidar com os encargos do papel que se almeja que ele desempenhe.

2.3 Governo Lula

Apesar dos esforços exercidos por FHC na reestruturação das Forças Armadas, segundo Winand e Saint-Pierre (2003), o governo de Luiz Inácio Lula da Silva herdou em situação de carência material e indefinição de suas missões. Conforme mencionado acima, as verbas para o setor não atendiam às demandas e por vezes impossibilitava a execução de funções pré-estabelecidas, fato que impulsionou relatório preparado pelas Forças Armadas a ser entregue ao futuro presidente, relatando a situação em que se encontravam.

O governo Lula, por sua vez, procurou inserir o Brasil no cenário mundial acentuando formas autônomas, diversificando os parceiros e as opções estratégicas brasileiras. Tal política denominou-se como *Alta e Ativa*.

A mensagem ao Congresso Nacional de 2003 levantou os principais tópicos a serem tratados pelo governo, em matéria de defesa. Entre eles, está a preocupação com temas como: o delineamento do perfil estratégico brasileiro; a proteção da Amazônia; a promoção da integração regional e hemisférica em matéria de defesa; a obtenção, modernização e adequação dos meios necessários ao emprego das Forças Armadas e a pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias duais.

A tabela a seguir evidencia os gastos de defesa do governo Lula. A primeira linha apresenta o saldo em milhões de reais dos oito anos do governo em análise e a segunda linha apresenta esse valor em porcentagem do PIB. Em comparação com a tabela de mesmo teor do governo anterior, nota-se aumento nos gastos de defesa.

Tabela 2 - Gastos militares do Brasil em milhões de dólares (2003-2010)

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
25829	28608	33080	35686	39887	44841	51283	59819
1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,6	1,6

Fonte: SIPRI, 2018.

De fato, não houve um aumento nos gastos militares em comparação com o PIB desde o governo anterior. A diferença encontra-se na maneira como ambos os governos FHC e Lula enxergaram a questão da segurança. Nota-se na gestão Lula a proposição de mudanças de ênfase e métodos em relação à política externa e de defesa exercida pela última gestão.

O governo buscou aumentar o controle político e o alinhamento institucional das Forças Armadas. Mas não conseguiu aumentar o poder militar brasileiro de forma que este se tornasse um instrumento eficaz na proteção dos interesses nacionais. Dessa forma, o governo Lula caminhou no sentido da institucionalização do emprego das FAs como instrumento de política externa (Soares e Silva, 2012).

Logo no início do governo em análise, foi promulgada a Lei Complementar nº 117, em 2004, que conferia novas atribuições ao Exército. A lei determinava que as Forças Armadas exercessem funções policiais na região de suas fronteiras. A atribuição de novas funções à força terrestre revelava a necessidade de proteger e ocupar a Amazônia, além de corresponder com a posição assumida pelo governo brasileiro no âmbito da OEA sobre segurança hemisférica (OKADO, 2012).

Em concordância com a preocupação com a defesa de todo território nacional, o governo Lula lançou o Decreto n. 6.592, de 2 de outubro de 2008, que dispõe sobre a mobilização nacional. O Decreto regulamenta o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB¹) e define agressão estrangeira como: “(...) ameaças ou atos lesivos à soberania nacional, à integridade territorial, ao povo brasileiro ou às instituições nacionais, ainda que não signifiquem invasão ao território nacional” (BRASIL, 2008).

¹ – SINAMOB: conjunto de órgãos que atua de forma ordenada e integrada para planejar e realizar todas as fases da mobilização e desmobilização nacionais.

Sob o ponto de vista da cooperação internacional em defesa e segurança, o governo Lula fez um movimento coerente com a opção de priorizar as relações na América do Sul. No caso da autonomia pela diversificação, a autonomia nacional deveria ser buscada através da diversificação de parcerias e uma maior ênfase na colaboração com Estados do sul. O governo Lula aumentou o grau de autonomia da política externa brasileira e compreendeu a segurança e a defesa como variáveis importantes para a inserção internacional do Brasil. Além disso, trouxe para a área de segurança e defesa o objetivo de manter a América do Sul como área de influência do Brasil (SOARES E SILVA, 2012).

Tabela 3 - Ranking do poder militar na América do Sul – 2009/2010

Ranking	Exército	Marinha	Força Aérea	Efetivo/Pop. ¹	G.M ²	END ³	P.E.	Total
1. Brasil	289	139	272	10	40	35	35	820
2. Chile	201	94	108	40	50	33	15	541
3. Peru	199	96	106	30	30	5	15	481
4. Colômbia	80	62	172	40	50	15	15	432
5. Argentina	143	93	71	10	20	10	25	372
6. Venezuela	86	63	105	20	30	18	15	337
7. Equador	48	41	32	20	30	-10	10	171

Efetivo/Pop - Índice total de efetivos das três Armas em relação à população do país; G.M./PIB – Gastos militares em relação ao produto interno bruto (PIB);

END – Estratégia Nacional de Defesa: considerou-se planejamento de longo prazo, vontade política, interesse no fortalecimento das Forças Armadas, indústria bélica e Política de Defesa Nacional;

P.E. – Projeção Estratégica: considerou-se a população total, área do país, efetivos militares, produto interno bruto (PIB), capacidade de mobilização e atuação em missões de paz da ONU

Fonte: Metodologia desenvolvida pelo Military Power Review (www.militarypower.com.br)

O Brasil atualmente continua liderando o ranking com certa vantagem sobre os demais países demonstrados no quadro acima, muito por conta ainda do tamanho de seu aparato militar, mas também devido aos investimentos que têm sido feitos no reaparelhamento das três frentes nos últimos dez anos.

Neste sentido, as informações que seguem, relatam os equipamentos de maior ênfase adquiridos ainda no governo Lula e continuidade dos dois períodos da ex-presidente Dilma Rousseff. Os dados abaixo foram descritos pela revista Military Power Review com base nas análises das recentes notícias sobre as aquisições de equipamento militar do governo brasileiro.

2.4 Análise do quadro atual do aparato militar brasileiro

A Força Aérea anunciou em dezembro de 2013 o grande vencedor do Projeto F-X2, o caça sueco, dos quais serão adquiridas 36 novas unidades, com a participação ativa de indústrias nacionais em seu desenvolvimento. O contrato assinado em 24/10/2014, prevê a entrega da primeira unidade em 2019 e da última em 2024, com custo estimado de US\$ 5,4 bilhões.

Por sua vez, o avião de transporte KC-390, desenvolvido pela Embraer, também já iniciou sua campanha de ensaios e certificação. As três primeiras aeronaves A-1M (AMX) modernizadas já foram entregues e estão operacionais no "Esquadrão Adelphi" na Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. O míssil ar-ar de 5ª geração A-Darter, desenvolvido em conjunto com a África do Sul, após inúmeros lançamentos de avaliação, encontra-se quase pronto para a fase de produção. Todas as nove aeronaves de patrulha marítima Lockheed P3M Orion foram entregues ao serviço ativo e logo serão equipadas com o míssil AGM-84L Harpoon. Foi anunciado que uma empresa israelense será a fornecedora de pelo menos três aeronaves de reabastecimento em voo, dentro do programa KC-X2, para substituir os antigos Boeing KC-137, para tanto sendo convertidas três aeronaves Boeing 767 de segunda mão.

Visando o fortalecimento da defesa antiaérea de médio alcance está em processo de avaliação o sistema russo Pantsyr S-1, do qual deverão ser adquiridas três baterias, a custo estimado de US\$ 1 bilhão. Foi confirmada a encomenda de 3 aeronaves de transporte C-295 Airbus que serão entregues configuradas para missões SAR, sendo designados SC-105. Em relação às aeronaves remotamente controladas (VANT) foram adquiridos mais dois sistemas israelenses Hermes 450 e um sistema Hermes 900, mas prossegue o desenvolvimento de diversos tipos de VANT por empresas brasileiras. Já foram incorporados 4 helicópteros EC725 Super Cougar (H-36 "Caracal") de um total de dezoito encomendados. Os trabalhos de modernização dos helicópteros AS365K Pantera já passaram pela homologação no DCTA e duas aeronaves já estão em avaliação operacional pela Força.

O Exército Brasileiro implantou em Brasília o Centro de Defesa Cibernética, o primeiro do gênero na América Latina, com o intuito de aprimorar as doutrinas de guerra no ambiente virtual.

Foram recebidas até o momento cem unidades do primeiro lote de avaliação do blindado de transporte sobre rodas VBTP Guarani. Foram adquiridos também da sueca SAAB sistemas de mísseis antiaéreos de curto alcance RBS-70 para reforçar a segurança durante a Copa do Mundo 2014 e nas Olimpíadas Rio 2016. Está em andamento a modernização de 450 unidades do blindados M-113B, a modernização de 40 canhões autopropulsados M-109A5 e aquisição

de mais 36 unidades do mesmo modelo. Foi entregue a primeira de pelo menos três baterias do sistema ASTROS 2020, capaz de lançar mísseis de cruzeiro com alcance de 300 km.

O Brasil iniciou a primeira fase do SISFRON (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras), um programa estratégico do Exército, que visa o fortalecimento da presença e da capacidade de ação do Estado, ao longo de quase 17 mil quilômetros de extensão da faixa de fronteira. Estimado em US\$ 6 bilhões, que integrará diversos sensores ao longo de toda a fronteira seca do país com onze de seus vizinhos sul-americanos.

A Marinha recebeu os primeiros quatro helicópteros novos Seahawk S-70B, de um total de seis, para combate antissubmarino, assinou contrato para modernização de 8 helicópteros AH-11A Super Lynx e está adquirindo 26 blindados anfíbios AAV7 CLANF para os Fuzileiros Navais. Está em andamento o programa de modernização dos caças navais AF-1 Skyhawk que receberão novos aviônicos e o radar Elta EL/M-2032. A Marinha já recebeu 4 unidades do helicóptero EC-725 Super Cougar (designados UH-15), das dezesseis encomendadas. Continua o desenvolvimento do míssil antinavio MANSUP, com envolvimento de empresas brasileiras e da europeia MBDA. Foi anunciado, durante a Euronaval 2014, a aquisição de um número não determinado de mísseis Exocet nas versões AM-39 e SM-39.

2.5 Governo Dilma Rousseff

O governo de Dilma Rousseff (2011-2014), sucessora política do governo de Lula, sugeriu uma continuidade significativa no que diz respeito à política externa, com algumas particularidades que não chegam a configurar uma orientação muito divergente (ENGSTROM, 2012, p. 3). Rousseff não só deu continuidade as ações do governo anterior, mas, principalmente, tentou conferir uma maior prioridade aos investimentos em defesa ao incorporar o setor aos programas governamentais voltados para as grandes obras e ao incentivo industrial buscando fortalecer, com isso, o vínculo entre defesa e desenvolvimento nacional.

O governo Dilma Rousseff seguiu com os mesmos objetivos na esfera internacional mantidos pelo anterior, incluindo a obtenção de desenvolvimento por meio da diversificação de parceiros comerciais e a afirmação do Brasil como líder regional, mas a diplomacia de Dilma buscou esses objetivos com menos ativismo e com mais limitações externas.

A contenção realizada pelo governo atual foi causada, principalmente, pelo perfil administrativo da nova presidente e pela conjuntura internacional, marcada por uma crise econômica persistente e por instabilidade política em algumas regiões, o que constrange a ação do Brasil. (Cornetet, 2014, p. 111-112).

2.6 Índia

A Índia vem se desenhando uma potência mundial devido alguns dados apresentados pela Nasdaq que aponta uma expansão econômica significativa ao prever um crescimento de 7,7% entre 2017 e 2019, além de apresentar uma nação com um bilhão de habitantes e se destacando como a quarta maior força militar do mundo, segundo Ruic (2017).

A Índia apresenta estratégias que buscam acelerar o seu crescimento militar no sentido de impor certa credibilidade no sistema internacional, mesmo que ainda seja dependente dos suprimentos de armas russas e vinculada a um modelo operacional utilizado na Guerra Fria ao ser comparada com outros países (ZAJEC, 2009).

As motivações regionais da Índia, quanto a projeção de poder a partir de seus equipamentos militares, é uma exigência da relação entre a ordem doméstica, com a estabilidade regional e instaura a necessidade de manutenção de uma zona de paz entre os países fronteiriços (LADWIG III, 2010, p. 1169).

A Índia enfrenta o desafio de lidar com seu entorno estratégico conturbado, especialmente nas suas relações com o Paquistão, nos problemas advindos da região da Caxemira, e na sua crescente preocupação com a ascensão chinesa (BERTONHA, 2013, p. 114).

2.6.1 Conflito com o Paquistão

Os conflitos na região de Caxemira iniciaram em 21 de outubro de 1947 com a Guerra indo-paquistanesa que já dura décadas e é o ponto fraco da Índia no sistema internacional, conforme as denúncias oferecidas na Corte Internacional de Direitos Humanos. Esse conflito surge com a independência da Índia dentro de um cenário de Guerra Fria. Desta forma, dois interesses nacionais foram confrontados: a busca pela preservação de sua autonomia e a busca pela consolidação interna, já que a Índia possui uma democracia frágil em função da divisão social interna ser muito complexa, com inúmeras castas, classes, linguagens e religiões.

O cenário de conflito estratégico tanto para o Paquistão como para Índia na região da Caxemira mostra-se um tanto complexo, na medida que a perda da região em questão é inaceitável para ambos os países. Todas as tentativas de se chegar a uma negociação diplomática foram frustradas.

Figura 1- Mapa Político da Caxemira



Fonte: *United States Central Intelligence Agency, apud Himalaya Masala, 2012* mapa disponível em: <http://www.himalayamasala.com/himalayan-maps/map-kashmirregion> [Acessado em 13 de Maio de 2013].

Além das diferenças religiosas, os países divergem também nas alianças de poder dentro do cenário internacional. A Índia, majoritariamente hinduísta, foi apoiada pela União Soviética, que lhe fornecia o abastecimento de armas e aparato militar. Por sua vez, o Paquistão, islã, fazia aliança com os EUA e a China.

Desde 1960, a Índia vê com apreensão a relação da China com o Paquistão devido o fornecimento de artefatos bélicos de Beijing para Islamabad, que fez com que fosse alterado o equilíbrio de poder na região e dando garantia ao Paquistão para que continuasse tendo uma compensação militar em relação a Índia. Isso foi visto como uma investida da China para dificultar a Índia a alcançar suas pretensões no sul da Ásia (SHARMA, 2009).

As tentativas de negociação foram suspensas em maio de 1963 e apenas seis meses depois a Índia correu com o procedimento de anexar a Caxemira ao seu território, fazendo com que o Paquistão optasse pela força militar para impossibilitar essa anexação.

Durante o período de 1965 até 1971, essas divergências levaram ao começo de conflitos armados entre os dois países. Na guerra de 1965 a Força Aérea paquistanesa podia contar somente com 12 esquadrões de combate contra 14 da Força Aérea indiana, mas isso não impossibilitou que os paquistaneses, através de táticas hábeis e do uso redobrado de sua

competência disponível, buscassem manter um certo nível de predominância aérea local com o intuito de assegurar o poderio aéreo indiano afastando de uma possível intervenção nas operações do exército.

Em abril de 1965 aproveitando um momento em que o exército indiano não estava completo por estar em situação de rearmamento e com suas tropas concentradas próximo a China, o governo paquistanês atacou uma área pouco defendida, levando os indianos a revidarem, mas sem combates com grandes intensidades. Os combates foram suspensos em junho de 1965, contudo os paquistaneses continuaram treinando guerrilheiros e providenciando a revolta dos mulçumanos da Caxemira contra a dominação dos indianos levando ao açoitemento das tropas indianas que tiveram que usar três divisões da infantaria para poder retê-las.

O XV Corpo indiano capturou a estratégica passagem de Haji Pir próximo a Muzaffarabad, e como consequência a 12ª Divisão Infantaria Paquistanesa dominou a fortaleza de Chamba e seguiu pelas planícies rumo a Akhnur onde a sua 7ª. Div. Inf. foi detida por 2 brigadas Indianas. A Índia preparou a operação Enigma com o intuito de dominar a margem do leste do canal de Ichogil, mas foi um trágico fiasco levando os paquistaneses a contra-atacarem com força total trazendo a fuga dos indianos. Apenas ao sul de Lahore que as forças indianas obtiveram sucesso, mas a cidade de Chawinda não foi dominada dado a defesa agressiva do Paquistão. Com grande pressão internacional, um cessar-fogo foi assinado em setembro de 1965.

A Índia aprendeu com as lições que aprendeu na guerra de 1965 e, com o suporte da União Soviética, os indianos aprimoraram seu sistema de radar adicionando o “Fansong E” ao seu aparato para diminuir a altitude operacional mínima de mísseis defensivos de 500 para 100 metros. Para melhorar a estratégia de mobilização dos seus aviões a Índia construiu modernos e bem defendidos campos de pouso ao longo das fronteiras oriental e ocidental do Paquistão.

A Força Aérea indiana, em 1971, compreendia cerca 650 aviões de combate e existia também o mesmo número de modelos de reserva e de apoio.

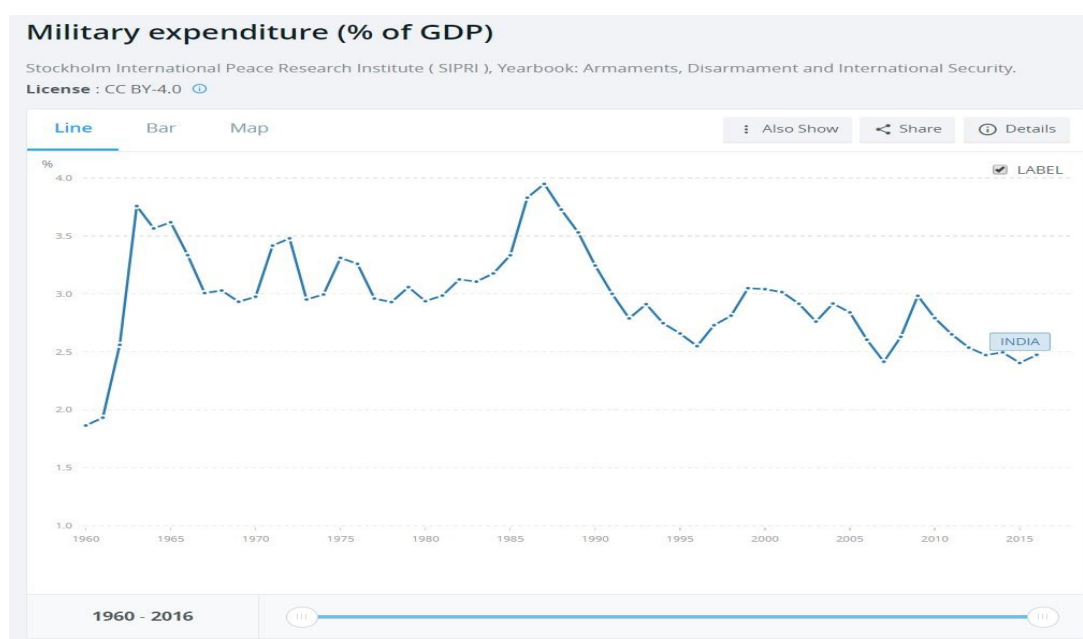
Neste mesmo ano, no norte, os paquistaneses tentaram dominar os corredores naturais que liga Caxemira ao resto da Índia, levando a confrontos de blindados apoio aéreo, que ficou conhecida como a Batalha de Basantar, na qual os indianos conquistaram cerca de 1.000km² da área que estava sob domínio paquistanês. Na região sul foi ainda pior com a Batalha de Longewala. Os indianos destruíram toda uma brigada blindada paquistanesa com 2.500 homens, 65 carros de combate, 40 viaturas blindadas etc., já a Índia com 120 homens, apoio aéreo.

Essa Guerra terminou com a vitória esmagadora da Índia propiciando para os indianos muitos ensinamentos táticos sobre as teorias das operações combinadas associando blindados e aviação. Além disso a Índia recuperou o prestígio do seu Exército que havia perdido no conflito de 1965.

O país tem acentuado significativamente seus recursos militares, o que vem se refletindo na melhora da sua capacidade tecnológica militar, desenhando uma nova potência militar no mundo. (BERTONHA, 2012, p. 114).

Ao analisarmos o gráfico de gastos militares na Índia durante o período de 1960 até 2015 notamos que o país deu continuidade no período de 1985 à 1989 à trajetória anterior de aumento de seus gastos militares, ampliando-os em 4%. Contudo, esse aumento não apresentou uma política clara de militarização do país em relação aos investimentos em outras áreas, posto que seus gastos militares cresceram em ritmo inferior ao de sua economia.

Gráfico 1 - Gastos militares da Índia (1960-2016)



Fonte: Banco mundial, ano. Disponível em

<<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=IN>> Acesso em: 10/06/2018

2.6.2 Conflitos com a China

Na relação entre Índia e China sempre houve desconfiança, desde os conflitos em Caxemira, em que a China apoiou o Paquistão, como também recebeu do Paquistão parte do território na região de Caxemira (Sharma, 2009). Hoje a China controla como 20% da região de

Caxemira incluindo Aksai Chin que ocupava em 1962 e também Trans-Karakoram (Vale Shaksam) que foi cedida pelo Paquistão em 1963.

A Índia e a China entraram em disputa pelo território de Aksai Chin situado na confluência de 3 países: Índia, China e Paquistão, e também no nordeste da Índia, na região de Arunchal Pradesh (Sul do Tibete). Por considerar essa região estrategicamente importante, a China construiu uma autoestrada de 2.280km de comprimento conectando Yecheng na província de Xinjinang, e Lazi no Tibete passando por Aksai Chin.

A resposta do governo indiano foi enviar tropas à região, no intuito de fortalecer suas fronteiras. A militarização por parte da Índia foi entendida como uma ameaça ao país vizinho, que declarou guerra em suas fronteiras.

O conflito só teve fim em 20 de novembro de 1962 em um cessar fogo chinês, que resultou na posse do território de Aksai Chin. A China então, passa a administrar a região fortemente militarizada.

2.6.3 Consolidação Militar

Nesse contexto a Índia vem buscando um posicionamento mais forte ao consolidar sua presença militar do Himalaia até a Antártica e do Estreito de Ormuz até o Mar de Andaman.

O investimento crescente em aquisições de equipamento de defesa nos anos 2000 visa munir Nova Deli com instrumentos militares e projeção de força para garantir a resolução de problemas que só podem ser solucionados por mecanismos de projeção de poder (LADWIG III, 2010, p. 1170).

Gráfico 2 - Gastos Militares da Índia (2008 – 2018)



Fonte: Trading Economics ano. Disponível em <<https://pt.tradingeconomics.com/india/militaryexpenditure>>
Acesso em: 11/06/2018.

Esse conflito com o Paquistão serviu também como um profundo aprendizado para Índia, levando ao aumento do poderio militar e ao desenvolvimento do programa nuclear indiano. A Índia apesar de realizar um teste nuclear em 1974, não se posicionou como uma grande potência nuclear até 1998, quando realizou cinco testes nucleares numa demonstração de poder ao Paquistão.

É importante ressaltar que em 2007 a Índia testou um míssil balístico intermediário capaz de alcançar diversos países vizinhos, inclusive o território chinês. Os testes claramente soam como ameaça ao território vizinho. Apesar disso, a China continua sendo o segundo maior parceiro comercial da Índia.

Finalmente, após consolidar sua presença naval no Golfo Árabe, a Índia tem buscado estender seu poder naval na parte oriental do Oceano Índico. Se o país obtiver sucesso no domínio das rotas marítimas estratégicas localizadas entre o sudeste asiático e o Oriente Médio, ele será possuidor de um importante instrumento de poder contra a China (Holslag, 2010).

2.7 China

O exército popular de libertação surge na Guerra Civil Chinesa, iniciada em 1927 e finalizada em 1949. Tal origem histórica delinea a importância que o Exército Popular de Libertação (EPL) teve desde sua formação que é a de garantir a vitória e manutenção do partido comunista chinês.

O papel do EPL na sociedade chinesa é diferente do papel desempenhado pelas FA de outros países, que se limita a defender a integridade e o território nacional. No caso chinês, as FA auxiliam o processo de desenvolvimento do país controlando determinadas indústrias e atividades econômicas. Guiado por táticas de guerrilha rural, desde a Guerra Civil, o EPL expôs suas fraquezas na Guerra da Coreia (1951-54); e mesmo obtendo resultados modestos, as necessidades de modernização ficaram claras.

Após a reforma de coletivização da agricultura e sociedade, que gerou notável aumento da produção agrícola. Mao-Tsé-Tung implementa um plano de modernização da economia e do exército denominado o salto à frente. Assim, na década de 1950 temos o primeiro processo de modernização e profissionalização das Forças Armadas agora divididas em EPL, força terrestre, FAEPL forças aéreas e MEPL, marinha. Esse processo pode ser definido como um processo de “sovietização” das forças militares, já que as forças terrestres se estruturam como o corpo predominante auxiliado pela aviação e a marinha. Tal processo de carimbo soviético influencia

também o sistema de produção de armamentos, baseado na simplicidade e na produção em larga escala (EDUARDO RIBERI LOBO, Carlos, 2010).

As indústrias militares instaladas nos anos 1950 conseguiram organizar e homogeneizar as FA em termos de equipamentos e preparar a RPC para evoluir a produção, já nos anos 1960, à produção de jatos, navios blindados e tanques.

Acerca do plano nuclear, a China conseguiu com o apoio da União Soviética, construir e explodir sua primeira bomba em 1964. Porém, o distanciamento da URSS - causado pela disparidade de interesses - enquanto a URSS considerava a China como sendo mais um satélite, a RPL aspirava uma condição igualitária. A ruptura com o principal fornecedor de tecnologia militar deixou a China em uma posição isolada no mundo bipolar. O país enfrentaria uma das maiores crises internas desde seu nascimento - crise esta que acabara somente na metade da década de 1970.

Nesse período, houve a Revolução Cultural liderada por Mao-Tsé-Tung. A mesma que ficou caracterizada pelo Livro Vermelho e pela Guarda Vermelha (força popular partidária antagonista ao estruturado EPL).

A instabilidade foi atenuada pela aproximação da RPC e EUA em 1972 no governo Nixon. Tal manobra evitou um excessivo isolamento chinês em um continente no qual a URSS parecia ter ganhado maior influência após a vitória do Vietnã do Norte.

A sucessão de Deng-Xia-Ping à morte de Mao simbolizou o início de uma nova era pela RPC após a condenação da “Banda dos Quatros”, o novo líder implementou reformas descentralizadoras e que favorecessem uma forte entrada de investimentos estrangeiros buscando a retomada do crescimento econômico.

Após as derrotas súbitas em litígios fronteiriços com o Vietnã, agora unificado, a China percebeu de permanecer em uma posição estrategicamente vulnerável, cercada por Vietnã e Índia, apoiados pelos soviéticos e Taiwan apoiada pelos norte-americanos.

Para sair dessa posição e voltar ao crescimento, o país necessitava mudanças estruturais. A rigidez do modelo socialista começava a mostrar falhas e sinais de fadiga entre os membros do bloco. O modelo ortodoxo não conseguia responder eficazmente às demandas internas, diferentemente do chinês que estava tornando-se mais flexível, buscando cooperação com o mundo capitalista. Esse diferencial sustentava um dinamismo econômico útil a preencher a discrepância tecnológica com o ocidente.

Os armamentos produzidos nacionalmente eram obsoletos frente às tecnologias militares soviéticas e ocidentais que evoluíram durante os anos 1970. Blindados, tanques, aeronaves e

navios ultrapassados garantiam uma base de defesa mínima, mas ineficiente no longo prazo. A RPC superaria tal gap tecnológico produzindo sob licença - equipamentos e veículos ocidentais, civis e militares, consolidando sua força defensiva e melhorando assim, a infraestrutura produtiva.

2.7.1 Anos 1980

Durante os anos 1980 o EPL era o maior exército do mundo contando com 3.600.000 soldados divididos em três ramos: Força Principal, Força Regional e Milícias. Nesse período, começa um processo de compactação do EPL onde houve uma redução gradual do número de soldados e da divisão das regiões militares que passam de 11 para 7 em 1987.

Os tanques, blindados e peças de artilharia em dotação são produzidos nacionalmente baseando-se em modelos soviéticos. A Norinco, Indústria Bélica Estatal, produz tanques modelo: 85-II, 80, 69, 59, 62, 63; blindados sobre lagartas modelo: YW 531 H, YW 531 C, 77 e sobre rodas: WZ 523 WZ 551; canhão autopropulsado modelo 85, 54-1 e 83.

A FAEPL seguia em segunda posição a hierarquia de importância das FA e apresentava uma organização de estilo soviético por treinamento, divisão em esquadrões e modelos de aeronaves como caças J6, J7, A5, bombardeiros médios H5.

A MEPL era considerada, desde a sua criação em 1949, como o corpo de menor importância estratégica das FA, mas em 1980, o corpo começou a aumentar seu poder militar e passou de marinha de defesa costeira para uma marinha de alto mar. Após a metade dos anos 1980 aos modelos obsoletos de lanchas, ataques e submarinos derivantes de modelos soviéticos dos anos 1960, se juntaram fragatas e destróieres de fabricação nacional e novos submarinos nucleares de ataque.

2.7.2 Anos 1990

A China foi a que mais expandiu o volume de recursos públicos alocados para as atividades de defesa nacional desde o início da década de 1990. Da oitava posição no ranking de gastos militares de 1990, o país chegou a ocupar a segunda posição em 2006, atrás só dos EUA, posição que ocupa até hoje.

A subida da posição no ranking acompanhou uma mudança de prioridades no setor. Houve uma redução da importância estratégica atribuída às forças terrestres, em prol de forças aéreas e navais. Entre as principais causas desse redirecionamento de investimentos em modernização temos os resultados obtidos pelas forças aéreas norte-americanas na guerra do

Golfo e do Iraque, que demonstraram a importância estratégica desse corpo e as crescentes tensões no Pacífico.

Até a segunda metade da década de 1990, a China possuía Forças Armadas com poderio militar inferior ao existente nos principais países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (IISS, 1997, p. 164).

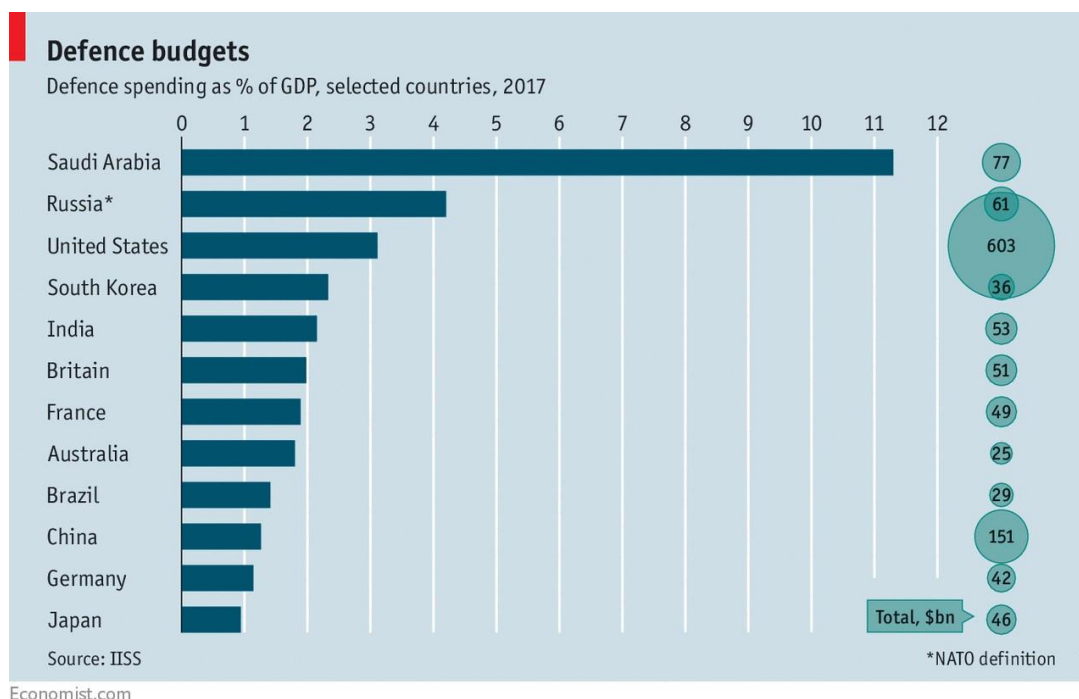
Nesse período, as FA atuavam na construção de infraestrutura, de obras públicas e ações de segurança interna e tais funções não tipicamente militares acabavam diminuindo os recursos necessários à modernização militar do país. Ainda assim, com os recursos empregados diretamente em modernização a China conseguiu desenvolver: Dong Feng-31, míssil balístico intercontinental, com alcance de 8 mil km; Type 094, submarino balístico nuclear; Type 093, submarino nuclear de ataque; e Chengdu J-10, aeronave de caça, desenvolvida com o apoio de Israel (IISS, 1998, p. 169).

2.7.3 Anos 2000

A partir dos anos 2000, a modernização militar chinesa acelera e as políticas de defesa ganham importância aos olhos do governo que planeja um programa de modernização com investimento sistemático.

A principal modernização atuada no EPL foi o incremento da mobilidade. A RPC abandonou o modelo estático, formado por grandes contingentes distribuídos em unidades por todo o país, e investiu em forças menores, mais flexíveis e rapidamente mobilizáveis (IISS, 2000, p. 179).

Gráfico 3 - Orçamento da Defesa



Fonte: *The Economist*, ano. Disponível em <<https://www.economist.com/economic-and-financialindicators/2018/02/15/defence-budgets>> Acessado em: 10/06/2018.

As Forças Terrestres historicamente favorecidas pela sua importância estratégica sofrem ao longo dos anos 2000 uma modernização inferior comparada às demais forças em especial no desenvolvimento e aquisição de equipamentos (IISS, 2012b, p. 213).

A FAEPL atingiu notável processo de modernização e adquiriu assim, equipamentos de última geração a longo dos anos desde o 2000. Entre os principais modelos encontramos: o caça-bombardeiro Xian JH-7/ JH-7A, do qual a FAEPL contava com 240 unidades já no final de 2012 as aeronaves de caça Chengdu J-10A/S e Shenyang J-11/B/BS, das quais possuía, respectivamente, 268 e 233 unidades. Em 2012 o Shenyang J-16, uma versão mais avançada da aeronave Shenyang J-11 começou a ser produzida em série e uniram-se às forças aeronaves militares de transporte, modelo Xian Y-20 (IISS, 2013, p. 290-292).

Foram desenvolvidos com o objetivo de controlar e monitorar territórios marítimos em disputa veículos aéreos não tripulados. Um dos principais projetos aeroespaciais é o caça de baixa visibilidade de quinta geração, o Chengdu J-20, apresentado em 2016 que está previsto para ser incorporado à Força Aérea do Exército de Libertação do Povo no início de 2018.

A MEPL sofreu uma modernização mais pronunciada em particular a força de submarinos e mísseis balísticos antinavio, bem como aos sistemas C4ISR correspondentes (O'Rourke, 2013, p. 4). Esses investimentos são justificados pela "invisibilidade" de submarinos – estes são essenciais em uma estratégia de negação do uso do mar, particularmente contra navios-aeródromo (Ross, 2009, p. 49).

2.8 Modernização em chave antiamericana

Sabendo do papel central que navios-aeródromo exerceriam em um eventual conflito no Mar do Sul da China a RPC decidiu criar uma ampla força de submarinos para criar um sério obstáculo às operações norte-americanas no Leste da Ásia. Essa força poderia, entre outras funções, impedir – ou no mínimo retardar – o apoio aéreo norte-americano no caso de uma ação chinesa contra Taiwan (O'Rourke, 2013, p. 4-5; Jane's, 2013a). Ao final de 2013 a MEPL dispõe de doze submarinos de classe Kilo, três submarinos de ataque Type 093 (SSN) e três Type 094 (IISS, 2001, p. 173).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme dito no início do capítulo anterior, é pertinente analisar o discurso da política externa brasileira referente às questões de segurança de modo a buscar compreender como um discurso específico se constrói acerca do assunto, porém existe uma forma de olhar para a política externa que é focar na articulação dos atores que a definem. Por meio da análise de todo contexto histórico e conjuntural brasileiro, faz-se necessário buscar abrir a “caixa preta da política externa brasileira” e olhar para além do Itamaraty e para além dos paradigmas diplomáticos, sejam eles tradicionais ou de alinhamento estratégicos e pensar que a PEB é em algum sentido, uma política pública.

A política externa como política pública é uma abordagem nova, eminentemente democrática que inclui uma gama de atores que podem participar do processo decisório. Desta forma conseguimos entender as nuances de governo a governo, desde Fernando Henrique Cardoso, analisado no início deste trabalho, até o governo Dilma Rousseff.

Olhar o tema de política externa como política pública permite tentar identificar quem de fato tem a voz e a decisão sobre determinadas zonas de interesse nas relações internacionais do Brasil. Em outras palavras, analisar um xadrez complexo de quem toma a decisão no jogo da política externa brasileira.

Em relação à indústria de armas, o Brasil passou por dois ciclos importantes de desenvolvimento armamentista. O primeiro no final da II Guerra Mundial, com força nos anos 60/70 e mais intensamente durante os anos 80, quando o Brasil estrutura sua indústria bélica, principalmente de armas convencionais, de prerrogativas das forças armadas, e de armas leves, de pequenos portes e ligeiras no manuseio. Essa indústria entrou em colapso durante os anos

90, principalmente devido a reestruturação do sistema internacional, final da Guerra Fria e a atrofia da agenda de segurança, misturado com a abertura da agenda econômica do Brasil e o fim do regime militar que dava prioridade para desenvolvimento da indústria de armas.

O segundo ciclo inicia-se durante o governo Lula e Dilma, dentro de um contexto de prerrogativa nacionalista e autonomista, no que tange a política externa do país no plano econômico. Houve uma espécie de convergências de ideias durante do governo Lula que proporcionou oportunidade do renascimento da indústria militar.

Do ponto de vista da política externa, o governo buscou aumentar o controle político e o alinhamento institucional das Forças Armadas, assim como priorizar a construção de indústria de armas forte para dar respaldo a política externa Altiava e Ativa descrita brevemente no capítulo 2. Desta forma o governo Lula foi responsável por pensar a revitalização da indústria de defesa e em segundo plano para consolidá-la, destinando verbas cada vez maiores ao setor.

Atualmente, o Brasil apresenta uma indústria de armas convencionais crescente, com empresas que estavam praticamente em colapso nos anos 90, porém foram salvas pelo Estado durante o segundo período de revitalização. Recentemente, o país assumiu a terceira colocação no ranking de maiores exportadores de armas leves, segundo dados publicados em 13 de setembro de 2017 pela entidade Small Arms Survey, considerada o principal banco de dados mundial sobre o comércio dessas armas.

De acordo com o professor da Unicamp Renato Dagnino, autor do livro, a Indústria de Defesa do Governo Lula, o poder exercido pela indústria de armas no Brasil, não foi capaz de alcançar o *lobby* americano, porém tem se tornado um protagonista nas discussões de política interna e externa brasileira.

Considerando esta força do complexo armamentício no Brasil, o setor vem tomando voz cada vez mais ativa nos temas de política externa, isso significa que de um certo modo o campo decisório no que tange as discussões sobre o desenvolvimento do aparato militar, direta ou indiretamente, vem sendo guiado por um grupo seleto de pessoas e empresas que não necessariamente atendem a um interesse nacional.

Desta forma é possível entender como, mesmo assumindo uma política de investimentos massivos nas Forças Armadas, conforme descrito no capítulo 2, atrelado a revitalização da indústria de armas, discutido acima, o Brasil não é capaz de exercer uma liderança regional consistente, baseada na ideia de poder militar teorizada por Bobbio, na qual o poder está diretamente ligado à ideia de posse dos meios para se obter vantagem (ou para fazer valer à vontade) de uma entidade sobre outra.

Na Índia, nos últimos anos assistimos a uma configuração estratégica conturbada quando se trata das suas relações com o Paquistão devido aos conflitos com a região da Caximira, além da sua preocupação com a ascensão política e econômica chinesa. (BERTONHA, 2013, p. 114)

Diante deste cenário, a Índia constrói a sua relação com os Estados através de uma política que reconhece o conflito como inerente ao sistema de poder. Conforme Morgenthau, esta tendência ao conflito toma o Estado como principal defensor do interesse nacional, daí a necessidade de tomar decisões estratégicas eficazes para garantir o poder, sendo necessário se avaliar as ações pelos resultados obtidos e não pelas intenções de seus governantes.

(MORGENTHAU, 2003)

Nesta direção, a Índia vem traçando estratégias políticas baseadas na perspectiva do conflito para garantir seu poder desde que se tornou independente. Assim, o Estado Indiano busca acelerar o seu crescimento e modernização militar no sentido de impor certa credibilidade no cenário internacional, mesmo que ainda seja dependente dos suprimentos de armas russos e vinculada a um modelo operacional utilizado na Guerra Fria ao ser comparada com outros países (ZAJEC, 2009).

A situação da Índia, enquanto Estado soberano no mundo contemporâneo, é direcionada a construir estratégias de interesses diversos na busca de ampliar seu poder onde o interesse maior é a manutenção de sua sobrevivência, mesmo ao preço de uma guerra. Esta realidade é vivenciada pela maioria dos Estados soberanos na atualidade. (MORGENTHAU, 2003).

Desde 1960, a Índia enquanto estado integrado na problemática internacional de disputa por poder e representação política, vê com apreensão a relação da China com o Paquistão devido o fornecimento de artefatos bélicos de Beijing para Islamabad, que fez com que fosse alterado o equilíbrio de poder na região e dando garantia ao Paquistão para que continuasse tendo uma compensação militar em relação à Índia. Isso foi visto como uma investida da China para dificultar a Índia a alcançar suas pretensões no sul da Ásia.

A disputa comercial a médio e longo prazo é uma das determinações pragmáticas para a busca do poder bélico, militar e estratégico nos estados instalando potencialidades de guerra que venham garantir resultados favoráveis quanto a manutenção do poder. Segundo Morgenthau, o Estado de guerra entre as nações é considerado inevitável nesta perspectiva devido a necessidade de maximização do poder. (MORGENTHAU, 2003).

As motivações regionais da Índia, quanto a projeção de poder a partir de seus equipamentos militares, é uma exigência da relação entre ordem doméstica com a estabilidade regional e instaura a necessidade de manutenção de uma zona de paz entre os países fronteiriços (LADWIG III, 2010, p. 1169).

As fronteiras sempre foram uma grande preocupação para os Estados soberanos, desta forma se tornam foco para instalação de um poder militar, pois são nas fronteiras que se encontram as fragilidades quando se refere a entrada e saída de coisas e pessoas que possam colocar em risco a soberania nacional. Além desta preocupação com as fronteiras se torna importante destacar a questão das rotas de saída e entrada de mercadorias e bens que alimentam a economia do Estado.

As rotas de comércio, sejam por terra, ar ou mares, muitas vezes estão delimitadas territorialmente por Estados vizinhos que precisam dar a permissão para a circulação de pessoas e de mercadorias. Desta forma, a Índia delimitada territorialmente pela China do Norte, Paquistão, Nepal, Butão, Bangladesh, Myanmar, Oceano Índico e o Mar da Arábia necessita apresentar uma política de poder forte que venha garantir a sua independência, soberania e um estado de paz.

Os Estados sem representação internacional e sem acordos de fronteiras se tornam impotentes diante dos principais atores internacionais quando estes definem as regras e orientam as ações dos Estados menores, inclusive, de maneira a manter sua própria sobrevivência. (ARON, 1962)

Na perspectiva do realismo político a lógica da guerra e o uso da força é justo para conservação do poder visto da ótica do Estado. O uso da força do Estado é um tema contraditório ao se perceber o discurso dos países de “terceiro mundo” quando defendem a ética da concepção individual; defendem a ênfase na moral baseados em ideais de justiça e cooperação. Nesse contexto a Índia vem buscando um posicionamento mais forte consolidando sua presença militar do Himalaia até a Antártica e do Estreito de Ormuz até o Mar de Andaman. (MORGENTHAU, 2003).

O investimento crescente em aquisições de equipamento de defesa nos anos 2000, visa munir Nova Deli com instrumentos militares e projeção de força para garantir a resolução de problemas que só podem ser solucionados por mecanismos de projeção de poder (LADWIG III, 2010, p. 1170).

A Índia preocupada em garantir sua projeção de poder consolidou sua presença naval no Golfo Árábico, buscando estender seu poder naval na parte oriental do Oceano Índico. Se o país obtiver sucesso no domínio das rotas marítimas estratégicas localizadas entre o sudeste asiático e o Oriente Médio, ele será possuidor de um importante instrumento de poder contra a China (Holslag, 2010).

Atendendo a essa perspectiva de projeção de poder, a Índia tem acentuado significativamente seus recursos militares, ao investir na modernização e capacitação tecnológica, desenhando uma nova potência militar no mundo. (BERTONHA, 2012, p. 114)

A República Popular da China pode ser considerada protagonista da economia mundial onde o desenvolvimento econômico caracteriza-se como sendo sua ferramenta prioritária na estratégia de expansão de poder. Nessa estratégia, as metas econômicas são acompanhadas por metas de ampliação do poder bélico, este considerado por Pequim como o segundo elemento principal do poder chinês global.

Nesse respeito, em 2003, o presidente Hu Jitao declarou: “É necessário (...) estabelecer um mecanismo de promoção mútua e desenvolvimento coordenado entre o crescimento da defesa nacional e o desenvolvimento econômico”. Deixando claro que o desenvolvimento econômico é essencial na modernização do setor militar chinês que, por sua vez, garante o ambiente seguro e propício em que esse crescimento possa ocorrer.

O Exército Popular de Liberação da China é o maior do mundo com cerca de dois milhões de efetivos organizados nos três braços das Forças Armadas. E em decorrência do alargamento significativo do orçamento bélico chinês, é possível verificar atualmente a reformulação na essência do Exército. Dessa maneira, o EPL sofre uma mutação, quando anteriormente era projetado para combater longos conflitos por atuar com um número extensivo de tropas e presentemente, tem se transformado numa força moderna de menor dimensão e maior profissionalização capaz de combater em guerras locais com alta intensidade e curta duração. Em termos de orientação estratégica, a doutrina chinesa se baseia na defesa ativa, ou seja, a China não incitaria indícios para um conflito a não ser para defender a soberania nacional e a integridade do seu território e população.

As modernizações dos equipamentos militares se estruturam em dois principais fatores: o acesso a equipamento militar estrangeiro obtido por compra massiva acompanhado das evoluções da indústria bélica nacional, nos quais gerou resultados significativos na última década disponibilizando as Forças Armadas, sistemas de vigilância modernos e diversos tipos de mísseis balísticos de última geração.

As dimensões e os processos de modernização das F.A deram a China, maiores possibilidades de projeção de força na Ásia e no mundo. Ademais, a limitação da esfera de influência de Taiwan e Japão parece permanecer ainda entre as prioridades onde a proteção das rotas marítimas das linhas de comunicação e ampliação do controle naval impulsionou o E.P.L a aumentar as missões extrafronteiras territoriais. Acerca disso, o caso mais notável foi o da

entrada de um submarino nuclear chinês em território marítimo japonês no ano de 2004 durante um exercício militar.

Estrategicamente, a China vai a diante com uma segmentação tática de âmbito nacional prolongado almejando o desenvolvimento do seu poderio a fim de aumentar a probabilidade de ocorrências favoráveis ao Estado no que diz respeito a formulação das estratégias de poder. Ao passo que o cenário ganha novas dimensões e que a China, conseqüentemente, desenvolve-se e alarga a presença nacional, novos ajustes então, são realizados para potencializar os possíveis campos de perpetuação de suas veemências.

Nesse mundo uni-multipolar, o apelo à multipolaridade exercido pela China sugere uma tentativa de contenção da hegemonia norte-americana. Assim, o favorecimento do multilateralismo é seguido pelo próprio crescimento nacional e pela colaboração estratégica com outros parceiros, tais como: Índia, Rússia e a instauração de relações amigáveis com a França, Alemanha e Brasil. Em tal mundo, a China objetiva primordialmente o seu desenvolvimento mediante todas as maneiras de consolidar-se como sendo junção de poder, principalmente em território asiático.

Atualmente, a República Popular da China (RPC) adota uma política de boa vizinhança caracterizada por uma diplomacia de caráter atrativa que visa diminuir a desconfiança a respeito da atuação amena da China. Por meio dessa diplomacia, então, a RPC conseguiu desenvolver diálogos bilaterais vantajosos sobre segurança com os EUA, Japão, Rússia, Austrália, entre outros.

Com a manutenção de tal postura pacífica, após 45 anos de auto proibição, as Forças Armadas participaram de exercícios militares conjuntos e estão envolvidas em missões de paz das Nações Unidas.

De outra sorte, nas últimas duas décadas o gigante asiático mudou sua postura frente os organismos e as instituições multilaterais passaram de uma participação passiva para uma ação proativa na qual a China hodierna participa ativamente nas organizações e mecanismos de diálogos multilaterais regionais como ASEAN+3, organização de cooperação de Xangai SCO e o conselho de cooperação sobre segurança da Ásia-pacífico CSCA. Tal postura proativa e pacífica gerou parcerias estratégicas com vários países vizinhos, a mais notável é a estipulada com a Rússia pelo abastecimento de armas a gás natural e petróleo, e como contrapeso, ao ASSE EUA-Japão.

Assertivamente, é visível aos olhos de Pequim que a postura dos EUA deixa a China a frente de um dilema: de um lado a placidez americana garante segurança e estabilidade regional,

assegurando um ambiente propício pelo desenvolvimento nacional e, do outro, a hegemonia norte americana configura-se como sendo o maior empecilho às táticas geoestratégicas da E.P.C podendo eventualmente retardar a perpetuação da sua autoridade em toda a Ásia.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. Teoria – Conceitos e Sistemas: Os sistemas internacionais. In: ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Pág. 163. ed. [S.l.: s.n.], 1962. cap. 4, p. 163-163.

BARRIE, Douglas. **It's not your father's PLAAF:: China's push to develop domestic air-to-air missiles**. Disponível em: < <https://www.iiss.org/blogs/military-balance/2018/02/not-yourfathers-plaaf>> Acesso em :21 ago. 2018.

BERTONHA, Fábio João. **A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e a dos outros BRICs em perspectiva comparada**. Vol. 56 - Nº 2. (2013).

BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo**. São Paulo: Edipro, Ed. 2017.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Cloadoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Editora Ática: São Paulo, 2002.

CHANDRAN, Nyshka. **Sorry Wilbur Ross, China isn't the most protectionist country — at least by tariffs**. CNBC, 21 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2017/06/21/wilbur-ross-is-wrong-on-china-protectionism.html>> Acesso em 04 abr.2018.

CHILDS, Nick. **China's carrier : Aviation developments: making a difference**. 03/06/2018. 2018. Disponível em: <<https://www.iiss.org/blogs/military-balance/2018/06/china-carrieraviation-development>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

CHILDS, Nick. **China's naval shipbuilding: Delivering on its ambition in a big way**.

01/05/2018. 2018. Disponível em: <<https://www.iiss.org/blogs/militarybalance/2018/05/china-naval-shipbuilding>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar.

Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

Desconhecido. *Military expenditure*. Disponível em: <<https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-transfers-and-militaryspending/military-expenditure>>. Acesso em: 10 maio 2018.

DIAS, Luis H. R.; KENKEL, Kai M. **Responsabilidade, Segurança e Identidade: A Política Externa brasileira nos governos Lula e Dilma.** 2005

GIORDANI, **Zonas de Guerra: A Guerra no Paquistão**, 11 de fevereiro de 2016.

HOLSLAG, Jonathan. *China and India: Prospects for Peace*. [S.l.: s.n.], 2010.

KEOHANE, Robert. *Power and Interdependence*. Estados Unidos, Longman, 2001

LADWING, Walter. *The Forgotten Front: Patron-Client Relationships in Counterinsurgency*. [S.l.: s.n.], 2017.

LOBO, Carlos Eduardo. **A República Popular da China e a Trajetória das suas Forças Armadas.** (2018).

LORENA BITENCOURT, Madureira. **A implementação da proposta do governo Lula (2003-2010) para a área de defesa nacional e seus impactos na política externa brasileira**. [20/11/2013]. 68 p. Monografia (Relações Internacionais)- Universidade Católica de

MAJ GEN SHERU THAPLIYAL, PHD. *Return of Haji Pir Pass in 1965 : Myth and the Reality*. [29/08/20135]. Disponível em: <<http://www.indiandefencereview.com/spotlights/return-of-haji-pir-pass-in-1965-myth-andthe-reality/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

MALONE, David. *Does the Elephant Dance? Contemporary Indian Foreign Policy*. Oxford: Oxford University Press. (2011).

MARTINS FILHO, João Roberto. Um passo à frente, dois passos atrás. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O governo Fernando Henrique e as Forças Armadas**: . 4. ed. [S.l.: s.n.], 2002. p. 1-17. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~revistaolhar/pdf/olhar4/joao_martins.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Ed. Unb/Ipri, 2003.

NOUWENS, Meia. *China's military power is growing faster than you think* . 21/02/2018. 2018. Disponível em: <<https://www.iiss.org/en/regions/china/china-military-power-04a2>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

NYE, Joseph S. **O Paradoxo do Poder Americano**. São Paulo: UNESP, 2002.

NYE, Joseph S. *Soft Power*. New York, Estados Unidos: Public Affairs, 2004.

OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia. **Política externa e política de defesa: uma epifania pendente**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, 2012.

OLIVER, ZAJEC. **Jogos de Poder: A nova força da Índia**. Edição 26 por, setembro de 2009. *The Economist*, imagem Disponível em <<https://www.economist.com/economic-andfinancial-indicators/2018/02/15/defence-budgets>> Acesso em : 22 de mai. 2018

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NOS GOVERNOS LULA E DILMA . 2018. 2 p. Artigo (Relações Internacionais)- Instituto de Relações Internacionais, [S.l.], 2018. Disponível em: <<http://www.economist.com/economic-and-financialindicators/2018/02/15/defence-budgets>>. Acesso em: 22 maio 2018.

POLICY BRIEF, A Modernização Militar Chinesa e a Reação Regional, Núcleo de Análises de Economia e Política dos Países BRICS, maio de 2011.

RICHARD D. FISHER, *China's Military Modernization: Making Steady and Surprising Progress*, 2008. Disponível em <http://www.nbr.org/publications/strategic_asia/pdf/sa05xs_3china.pdf > acesso em 06 jun. 2018

SOARES E SILVA, Fernando José Sant'Ana. O **poder militar brasileiro como instrumento de política externa**. In: Edison Benedito da Silva Filho, Rodrigo Fracalossi de Moraes (orgs).

SOUZA, Deywinsson R. O.; OLIVEIRA, Marcos A. G. *Analysis of the Modernization Efforts of Military Instruments in Brazil, China, India and the Brazilian Strategic Projects*.

VILLA, Rafaela.D.; VIANA, Manuela T. *Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach*, 2010 <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53nspe/v53nspe06.pdf>> Acessado em: 25 mai. 2018.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.